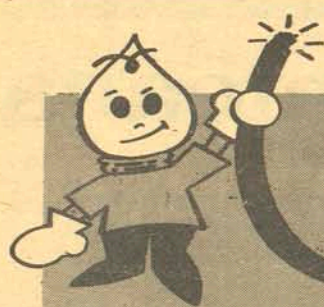




SETOR ELÉTRICO
VIOLENCIA
As punições continuam

Nº 139 28/06/91

Celesc "achata" folha de pagamento

Dados da Celesc mostram que a folha de pagamento vem diminuindo desde março, e em maio foi apenas 13% da arrecadação

Em maio a Intersindical negociava um reajuste de 87% para repor as perdas salariais. A Diretoria respondeu que só em julho poderia voltar a discutir o assunto. Assim, enquanto o descongelamento faz os preços subirem mais rápido, a remuneração do trabalhador na Celesc cai, não poderia ser pior.

O fato é que a folha de salários de maio, de 1 bilhão e setecentos milhões de cruzeiros, foi inferior a dos dois meses anteriores. Um "abatimento" equivalente à 24 mil pisos salariais da empresa.

Tudo indica que o pagamento do atrasado do dissídio, mais os abonos da Lei salarial, não compensaram a interrupção da Gratificação Anual.

Isto poderá voltar a acontecer pois em julho terminam os pagamentos dos atrasados do dissídio. E em agosto a Lei prevê um abono de Cr\$ 3.000,00 mais a variação da cesta básica em cruzeiros entre março e agosto, ou 21% do salário até Cr\$ 170 mil. O abono deverá ser bem superior a 21% para que a remuneração de agosto não seja menor que a de julho.

Os salários na Celesc já perderam 51% do seu poder de compra entre outubro e maio. A inflação deste período foi de 205%, enquanto os salários foram reajustados em 49% em fevereiro. Isto sem contar que na data base as perdas do Plano Collor I não foram inteiramente

te repostas.

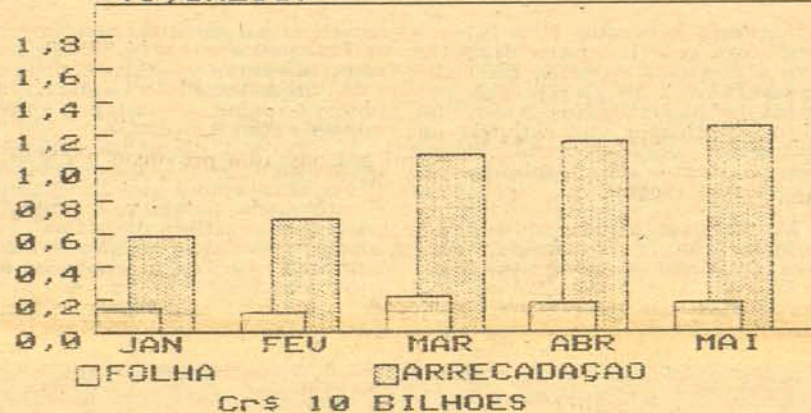
A relutância em concordar com as reivindicações dos eletricitários e em negociar um reajuste imediato, levou a Celesc a destoar das demais empresas do setor. Em maio e junho, empresas estaduais como a CERJ, CESP, CPFL, CEMIG, negociaram abonos e reajustes com os sindicatos. As empresas federais se viram obrigadas a concederem reajustes e abonos adicionais, como resultado de decisão do TST.

Além disso, o setor elétrico está tirando bons proveitos da atual recuperação do nível de atividades. Mesmo que não se possa dizer que a economia iniciou um processo de crescimento sustentável, o aumento do consumo de energia foi surpreendente nos últimos meses. A Celesc vendeu 612 milhões de KWH em abril, atingindo uma marca inédita na história. E em maio manteve praticamente o mesmo nível, ainda 8% maior que o consumo de maio de 90.

Ao lado essa recuperação das vendas, a política tarifária parece ter mudado. De outubro a maio, a tarifa residencial aumentou em 253%. E agora, de certa forma antecipando a elevação das taxas de inflação, o Governo concede mais 9,3% de aumento. Ano passado as tarifas só descongelaram 5 meses após o PC-I. Desta vez, o intervalo foi de apenas quatro meses, e com inflação mais baixa.

Esta combinação de aumento de consumo e tarifas mais elevadas está engordando o caixa da Celesc. A arrecadação de maio chegou a Cr\$ 12,4 bilhões. Em termos reais está muito próxima da arrecadação de maio de 90, que foi outro recorde da empresa. Cabe lembrar que àquela época a Direção nego-

CELESC - FOLHA E ARRECADAÇÃO - JAN/MAI
(1,0x10⁹)



ciou com a Intersindical, não só reajuste como uma política salarial e acertou o passivo da produtividade 84/88. Hoje, a arrecadação é 3,5 vezes maior que em outubro passado.

Finalmente, a Celesc está formando previsões, nas Despesas com Pessoal, da ordem de 30% do total, em média. Isto põe suspeita nos argumentos usados nas negociações, de que não haveriam condições de conceder reajustes por falta de recursos.

É este descompasso entre as condições econômicas do setor elétrico, Celesc

no meio, e o tratamento dado aos trabalhadores que surpreende.

Os dados mostram que a possibilidade de uma gestão eficiente e adequada às demandas sociais dependem fundamentalmente de um contexto favorável, quanto ao ritmo do desenvolvimento econômico e ao preço os serviços que remunerem a atividade. Contudo, mais uma vez transparecem evidências que as práticas arcaicas de financiamento através do arrocho salarial seduzem a mente dos administradores públicos, em detrimento dos direitos básicos de qualquer trabalhador.

CNE entrega pauta e começa campanha salarial extraordinária

Com a entrega da pauta de reivindicações dos eletricitários à direção da Eletrobrás, no dia 25, o CNE — Comando Nacional dos Eletricitários deu por aberta a campanha salarial extraordinária da categoria. Os representantes do Grupo Eletrobrás se comprometeram a posicionar-se sobre as reivindi-

cações na primeira reunião de negociação que vai acontecer no dia 10 de julho, no Rio de Janeiro.

Na pauta de reivindicações estão pontos como a reposição das perdas acumuladas desde a data-base (118%), que é menos do que o reajuste necessário para repor o poder de compra de

novembro de 89 (275%). Ainda sobre salário, é pedido um abono indenizatório por perda de massa salarial decorrente do achatamento dos salários. O abono teria o valor igual a 3 salários de julho para todos os empregados.

Outra reivindicação é que as empresas entreguem a cada

empregado um extrato detalhado com os cálculos do passivo trabalhista decorrente da sentença do TST. O CNE também quer o pagamento imediato da indenização a quem fizerem juz os trabalhadores que integram o quadro de funcionários em 1º de novembro de 90 e que foram desligados por qualquer motivo.

Sinergia altera o jurídico

A última assembléia geral do Sinergia alterou o contrato da entidade com a assessoria jurídica e a própria relação dos usuários dos serviços com o sindicato. O escritório que presta assessoria continuará tendo um contrato de prestação de serviços fixo por um ano e a partir de agora os reclamantes que vencerem os processos em ações coletivas pagarão honorários aos advogados de 10% do valor da ação (se forem associados) ou 25% (para não associados). O pagamento não vai acontecer se a Justiça estabelecer que todas as custas se-

jam pagas pelas empresas. Se apenas parte das despesas forem pagas pela empresa, o reclamante arcará somente com a diferença até atingir a cota prevista. Nas ações coletivas de data-base os advogados receberão 10% da contribuição confederativa, se esta for definida por assembleia.

A alteração do juncionamento do departamento jurídico visa por um lado reduzir os custos do sindicato com este serviço e, por outro lado romper com uma prática assistencializada que há anos ocorria.

CELESC

Intercel retoma negociações

Segunda-feira, dia 1º, a Intercel tem uma reunião para discutir com a Celesc a questão da URP de fevereiro de 89 e a reposição salarial dos eletricitários. Além disso, os sindicatos vão retomar as discussões sobre as demais questões pendentes não resolvidas na última negociação.

Mas a questão que mais deve polemizar ainda, é a questão da lista de 116 demissões apresentadas pela diretoria. A Intersindical vai apresentar a defesa política e jurídica dos "demitidos", afirmando o

seu direito à garantia no emprego. A Intercel inclusive já encaminhou um carta aos líderes dos partidos na Assembléia Legislativa e ao governador, assinalando a preocupação com a situação.

Na verdade, a atual diretoria quer eximir-se de responsabilidades com relação a atos irregulares da diretoria anterior, e encontra para isso a medida mais fácil e cômoda: demissões. A Intersindical acredita que "os promotores dos atos irregulares devem ser punidos, mas não os empregados que podem perder o seu emprego".

GREVE

CEF e BB param por salário

Os funcionários da Caixa Econômica Federal entraram em greve na quinta-feira, juntando-se à paralisação do pessoal do Banco do Brasil se as direções das instituições não melhorarem até quarta-feira suas propostas de reposição salarial para o funcionalismo. Os bancários acumulam 333% de perdas desde setembro de 1989. As direções ofereceram, na semana passada, um empréstimo no valor de um salário para cada funcionário nos meses de junho e julho, para ser devolvido, com juros, entre setembro e dezembro.

Os trabalhadores do BB estão em greve desde 20 de junho. Cerca de 80 mil bancários, segundo avaliação da Executiva dos Funcionários e da direção da instituição pararam de trabalhar, em 21 capitais e algumas cidades importantes do interior. É uma das maiores paralisações da história de organização do segmento.

Na sexta-feira, 21, a direção do BB entrou no Tribunal Superior do Trabalho com pedido de declaração de inconstitucionalidade da greve do segmento. Durante as audiências de conciliação, dias 24 e 25, o banco não cedeu na proposta de empréstimo que, no entendimento dos bancários é especulação sobre os salários.

Na CEF a situação é semelhante. Em São Paulo, os funcionários já realizaram uma greve de 24 horas no dia 25, que teve cerca de 80% de adesão. A proposta da direção da instituição é a mesma, mas há nova reunião de negociação na tarde do dia 26. A noite, os trabalhadores da Caixa realizam assembleia em todo o país, para deflagração da greve.

A orientação da Executiva Nacional dos Funcionários do BB é de continuidade da greve, que deve se fortalecer com a paralisação na CEF. Na próxima quinta-feira, o TST julga o pedido da direção do BB, de declaração da ilegalidade da greve.

Linha Viva é uma publicação semanal da Intersindical dos Eletricitários de Santa Catarina que tem 7500 exemplares. Diretor Responsável: Glauco Marques. Editores: Gastão Cassel (DRTES 6189) e Rosângela Bion (DRTSC 1019). Ilustração Franck Mais. Impressão: Gráfica do Jornal O Estado. Redação: Rua Lacerda Coutinho, 21, Epitafio, SC. Fone: (0482) 23-3565. Telex: 46-2355. Fax: 23-3566. As matérias assinadas não correspondem necessariamente à opinião do jornal.

Projeto ameaça organização sindical

Congresso vai votar em agosto projeto que elimina a figura do "direito adquirido" e fortalece o corporativismo e a estrutura sindical oficial.

Fim dos direitos adquiridos, fortalecimento do sistema corporativo e limitação da estabilidade para dirigentes sindicais. Estes são alguns pontos do projeto que o governo mandou para o Congresso Nacional e que vai ser apreciado em agosto pelos deputados e senadores. O projeto chegou no Legislativo em regime de urgência, mas negociações promovidas pela CUT conseguiram fazer com que o governo abrisse mão da urgência, mas com a condição de se votar a matéria em agosto.

Para a CUT, o projeto é uma ameaça ao movimento sindical. "É uma tentativa de desqualificar as instituições com legitimidade e fortalecer entidades criadas artificialmente para respaldar o governo", explica Delman Ferreira, primeiro secretário da CUT Nacional.

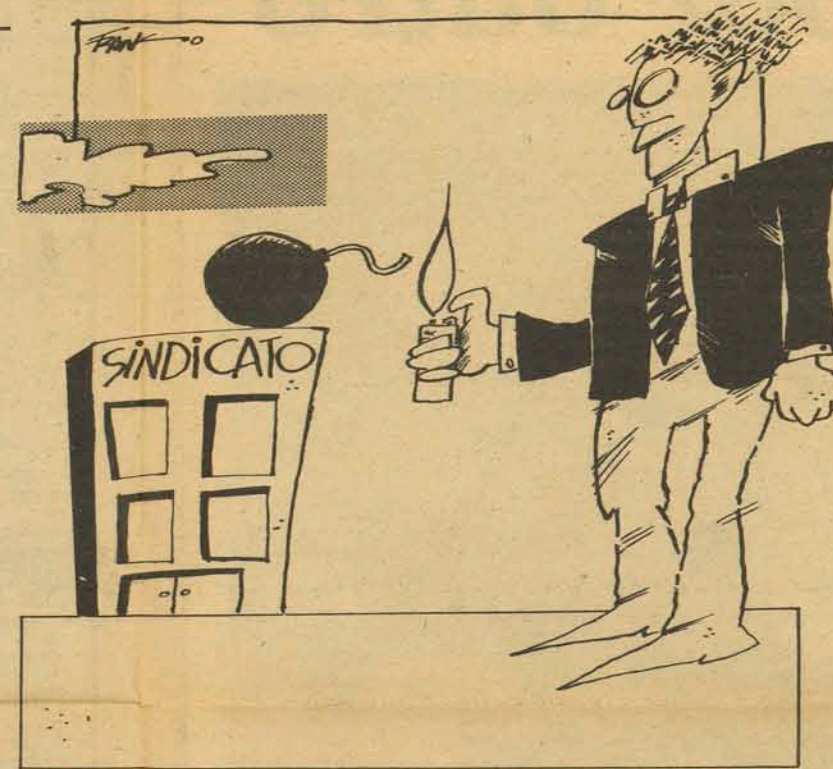
Sob o signo da modernidade, o projeto prevê a "flexibilização dos direitos", que na prática é o fim do direito adquirido. Isso quer dizer que questões indiscutíveis como férias e 13º salário poderão ser objeto de discussão em acordo coletivo. Na prática, é a possibilidade de patrões suprimirem este direito de categorias menos organizadas e sem força para bancar acordos favoráveis.

A flexibilização se torna ainda mais perigosa se for observada a parte do projeto que fala

da organização sindical. A estrutura vertical encabeçada pelas confederações sai fortalecida. Todo o ano seria negociado um contrato coletivo de trabalho válido para todos os trabalhadores, como se a CLT — Consolidação das Leis do Trabalho fosse negociada anualmente. O problema é que esta negociação, pelo projeto, seria feita exclusivamente pelas confederações. O texto do governo sequer menciona as centrais sindicais.

O projeto estabelece, também, a pluralidade sindical. Ou seja, a possibilidade de haver mais de um sindicato numa mesma base. Assim, o representante legal de uma categoria seria aquele sindicato que, com mais de um ano de existência, tivesse filiado mais gente nos seis meses anteriores a data-base. Isso transforma o sindicalismo numa verdadeira gincana, onde valeriam pressões para que os empregados se filiassem a um ou outro sindicato, adulterando o critério da representatividade. As entidades que hoje têm vasta tradição de luta ficariam ameaçadas por qualquer iniciativa cartorária.

Boa parte dos dirigentes sindicais perderia a prerrogativa da estabilidade. Só 24 pessoas teriam este direito em cada entidade. Assim, por exemplo, os delegados e representantes sindicais não teriam mais segurança



para encaminhar reivindicações e representar efetivamente a sua categoria. Outra forma nada sutil de atacar a organização dos trabalhadores.

Mas os empecilhos à organização sindical não para por aí. Se por um lado é mantido o imposto sindical, que só serve para

beneficiar as estruturas sem representatividade, a reversão sindical — utilizada por estruturas com ligação efetiva com a base — ganha obstáculos. Hoje, a reversão é aprovada em assembleia e imediatamente descontada de todos os empregados, e quem não quiser descontar

tem que pedir por escrito para ser incluído na lista do desconto. Pelo projeto a coisa se inverte: casa empregado tem que, individualmente, autorizar o desconto por escrito.

Delman acredita que só ganha com este projeto a Força Sindical e o "sindicalismo pelego" que dá sustentação para o governo". O dirigente da CUT diz que este projeto faz parte de um processo de implantação de uma visão neo-liberal no país. "O neo-liberalismo tem alguns pilares que são as privatizações, a recessão que cria um exército de reserva altamente qualificado e o combate às formas de organização popular", explica o sindicalista.

Os argumentos de Delman são respaldados pela observação do que aconteceu na Inglaterra de Margaret Thatcher, na Espanha e do que vem acontecendo na América Latina. O sindicalismo classista foi praticamente desconstituído fisicamente enquanto instituições artificiais ganharam apoio oficial e incentivos financeiros.

A CUT está pronta para se contrapor ao projeto, já tendo enviado ao Congresso Nacional as suas propostas de organização sindical, política salarial e de contrato coletivo de trabalho. "Agora é a classe trabalhadora ficar atenta e mobilizada, pois é o seu direito que está em jogo, se não houver mobilização em cada local de trabalho a coisa pode se complicar muito mais do que agora, pois não haverá mais sequer respaldo legal para reivindicar", concluiu Delman.

Os delegados para o Congresso da CUT

A seguir a nominata dos delegados do Sinergia ao 4º Congresso Estadual da CUT-SC. Eles foram indicados pela última assembleia dos eletricitários, ocorrida na semana passada. Os nomes:

Antônio Dario Neves, Aloysius Cel-sus Egewarth, Arno Veiga Cugnier, Arnoldo Gomes Filho, Claudemar Manoel da Silveira, Cláudio Antônio Ehrensperger, Clênio José Braganholo, Dinovaldo Gilioli, Fábio Pedro Dal Bó, Glauco Carvalho Marques, João Carlos Garcia, João José Cascaes Dias, João Santana Filho, João Terra Dos Santos, João Paulo De Souza, Mauro Guimarães Passos, Paulo Roberto Do Nascimento, Rosemeri Dolor Siqueira, Rita de Cássia Pereira, Sandra Maria Ouriques, Sebastião Vito Meurer, Soraya Nor Güttler

Sovenir Márcio Dias, Luiz Antônio Machado Maciel Dantas, Sérgio Ungaretti, Jacó Florêncio Da Silva, Albertina Braziliense Barcelos.
Suplente: Luiz Cesare Vieira

Consulado promove concurso ecológico

A escola de Samba Consulado está promovendo um concurso de frases, cartazes e fotografias com o tema "Preservação Ecológica da Ilha de Santa Catarina". O objetivo é despertar na comunidade a atenção para a importância da preservação do meio ambiente e para isso deverá estampar as frases, cartazes e fotos em outdoors a serem espalhados em pontos estratégicos de Florianópolis. O calendário de inscrições ainda não foi divulgado pe-

los organizadores, mas já vale a pena ir colocando a cabeça para funcionar...

Entidades discutem ECO-92 paralela

Aconteceu no último final de semana em Criciúma o IV Encontro do Fórum de Organizações não Governamentais que está preparando a ECO-92 Paralela. Cerca de 60 entidades estiveram representadas nas discussões sobre educação ambiental, sistema financeiro e situação do meio ambiente na região sul de Santa Catarina. Mas a discussão que mais polarizou o evento foi a própria organização do Fórum, que segundo o ecologista Sérgio Boeira ainda não conseguiu desenvolver seus grupos de trabalho temático. O próximo encontro será em Florianópolis nos dias 30 e 31 de agosto.

TRIBUNA Livre

Democracia e conselhos populares

Vitor Schmidt
Vereador PT-Epifânio

A história mais contemporânea está repleta de eventos que indicam a importância do permanente aprofundamento da democracia como método de gestão que preside as relações entre os homens e destes com as instituições do Estado e da Sociedade Civil. Essa última década testemunhou um verdadeiro furacão que varreu as ditaduras em todo o planeta. Foi assim na América Latina e no Leste Europeu onde mesmo os regimes mais fechados e duros deram lugar a governos eleitos pelo voto popular.

A humanidade começa a se convencer de que o melhor seguro contra as más gestões das sociedades está na razão direta do aprofundamento da democracia. Decisão coletiva que permite substituir, voltar atrás, avançar, mudar. Porém, salta aos olhos a fragilidade daquilo que se conhece por democracia e os limites e parcialidade com que operam, do ponto de vista social, os regimes democráticos.

A democracia que a maioria conhece é, no máximo, a democracia representativa, forma de relação em que muitos escolhem um para representá-los, transferindo a obrigação e o poder de fazer as coisas acontecerem. Essa forma não permite a cidadania plena porque transfere justamente a autonomia que cada um precisa para que seus interesses tenham chance de prevalecer.

No Brasil a democracia representativa está tão atrasada e desvirtuada que se vive uma real independência entre o representante e o grupo de interesses da maioria que o elegeu. Não há uma cultura de acompanhar e cobrar o mandato repassado, não há uma interação permanente e cotidiana entre os dois lados da relação. Por fim, não há uma sistemática em que se possa requerer de volta o mandato outorgado.

Aprofundar a democracia deve significar fundamentalmente duas coisas: ampliar o sistema de vínculos entre representantes e representados; paralelamente à instituição de um sistema de democracia direta, que opere em conjunto com a democracia representativa. Esses dois mecanismos são modos claros de transferência de devolução real de poder ao cidadão e Sociedade Civil.

No âmbito do serviço público, transferir poder é co-gestão. É a maneira mais adequada de se operacionalizar essa transferência são os Conselhos Populares. Seus integrantes precisam se capacitar para gerir funções tipicamente estatais e conhecer em detalhes políticas públicas e os sistemas criados ou propostos para operá-las. Tem que dominar não só as reivindicações mais imediatas da população, como também o sistema de gestão instituído.

É necessário uma revolução no comportamento das organizações autônomas e populares. Elas terão que saltar do patamar corporativo para uma visão de conjunto da sociedade. Suas atribuições crescerão significativamente. Essas entidades (sindicatos, associações, conselhos, movimentos etc) terão que manipular os conhecimentos e experiências que normalmente cobram daqueles que são eleitos para os parlamentos ou governos. Mais ou menos as mesmas preocupações. Haverá, evidentemente, a necessidade de um nível mínimo de profissionalização de gestores que farão a mediação com as organizações sociais.

As experiências mais recentes de criação de conselhos abertos à participação das organizações populares mostrou, infelizmente, um elevado grau de descompromisso dos representantes, bem como uma baixa capacidade de formulação e fiscalização. É claro que se isto continuar a acontecer, tais organismos acabam por resolver um problema de descredito dos governos que imputarão culpa aos conselhos pelos fracassos de suas políticas — ao invés de fomentar a co-gestão.

A Tribuna Livre é um espaço aberto. As matérias, devem ser remetidas para a redação, assinadas, datilografadas, e nunca com mais de 40 linhas de 70 toques. A publicação ficará a critério dos editores.

Dança com Lobos: quando se troca um mito por outro

Sérgio Weigert
Jornalista e professor

Dança Com Lobos: o filme premiado de Kevin Costner vem suscitando uma determinada polêmica, a qual talvez não seja inútil acrescentar algumas observações.

O primeiro e indiscutível mérito do filme é nos revelar um diretor sensível que utiliza a forma artística não como uma espécie de pano de fundo ao qual se justapõe o conteúdo, a forma não é apenas o "lugar" onde se desenvolve o discurso do conteúdo, é ela mesma constitutiva da substância do que se pretende dizer. Neste sentido a longa sequência de belíssimas tomadas das paisagens do Oeste americano quando o protagonista se encaminha para uma das suas mais distantes e selvagens fronteiras não pode ser considerada apenas um dado estético, com uma função puramente visual a cumprir; essas tomadas, em um certo sentido, se constituem elas mesmas num discurso da solidão e da selvageria. Através delas conseguimos penetrar a fundura daquela solidão, compreender a essência daquele mundo selvagem e aqui forma e conteúdo se entrelaçam. Neste contexto as relações de profunda amizade e companheirismo que o protagonista (branco e soldado da cavalaria americana) vai travar com os indígenas, resultam quase que espontâneas da necessidade de romper a solidão e a selvageria do mundo em torno. Como já disse o poeta:

há que buscar o diálogo quando a solidão é vício. O protagonista de **Dança Com Lobos** ao aproximar-se dos indígenas vai efetivar este ensinamento. Assim, o vício da solidão é rompido, atam-se os laços da solidariedade e do companheirismo, estabelecem-se as ricas possibilidades do convívio humano em contraste com a surda solidão anterior. Solidão que resulta da condição do homem impossibilitado de convívio, impossibilitado, portanto, de enfrentar coletivamente a natureza, impossibilitado, portanto, de escrever sua própria história.

Em nestes tempos tão solitários e tão selvagens em que vivemos não me parece que esta idéia seja pueril ou desnecessária. Hoje talvez seja importante acentuar o fato de que foi a solidariedade o enfrentamento coletivo da necessidade que nos transformou e transformou o mundo em torno. Sem dúvida estas são lições esquecidas na atualidade, que o filme de Kevin Costner contribui para reavivar entre nós.

Assim, se começamos com um diretor com sensibilidade artística chegamos, ao que tudo indica, a um indivíduo preocupado com os problemas humanos de seu tempo. Mas, se isto é verdade ou não, apenas os próximos filmes de Costner poderão dizer.

Dança Com Lobos aborda uma temática que parece inesgotável: as consequências da conquista do Oeste para os povos primitivos. A abordagem deste tema possui, como sabemos, duas vertentes muito

distintas. A primeira que vê a conquista do Oeste como o resultado de uma heróica epopéia levada a efeito pelos brancos filhos do protestantismo em nome da moral e dos bons costumes, contra a brutalidade e a bestialidade dos filhos das planícies.

A segunda, tem uma origem mais recente, e mostra que a epopéia nem foi tão heróica, nem os costumes tão bons, nem a moral tão elevada, e que a bestialidade e a brutalidade dos conquistadores não ficaram nada a dever àquelas que se supunha existir nos conquistados. **Dança Com Lobos**, obviamente, está nesta segunda linha. E neste sentido prossegue o caminho aberto por vários filmes onde a denúncia substitui o elogio, onde se diz a quem custou e quanto custou a conquista do Oeste. Estes são méritos que não se podem tirar do filme de Kevin Costner: ele desfaz a mitologia, desmente a história oficial.

Porém (e sempre existe um porém), ao realizar este movimento **Dança Com Lobos** obriga-se a pagar um preço, que não é pequeno, na medida mesmo em que compromete toda a densidade dramática da obra. É que para desfazer a mitologia, Kevin Costner termina por construir um outro mito. Ele inverte o sinal da abordagem tradicional, e assim onde se lia "branco bom, índio mau", passa-se a ler "índio bom, branco mau". E é este maniqueísmo de sinal trocado que quase põe a perder o esforço do diretor estreado. A partir de um determinado momento, Costner transforma a civilização branca e ocidental na depositária de todos os pecados (mortais e veniais), enquanto a cultura indígena transmuta-se numa espécie de paraíso, onde vivem e se multiplicam as virtudes humanas. Sob esta ótica toda a obra ganha inegáveis tons de folhetim. Os traços contraditórios existentes em qualquer cultura, em qualquer indivíduo, são abolidos. E assim se perde o próprio movimento contraditório do espírito humano. Contradição que, por sua vez, dá gosto, cor e graça à existência humana.

Tudo que é simplificado não pode deixar



de incorrer numa certa puerilidade. E ao simplificar a sua abordagem para deixar mais clara a denúncia que pretende fazer, Kevin Costner tangencia o perigoso terri-

tório onde tudo (principalmente a obra de arte) pode ficar pueril. Neste sentido, uma das idéias que facilmente se deduzem de seu filme é a de que a melhor possibilidade humana está contida nas culturas tribais, nos hábitos indígenas. A consequência disso chega a ser simplória: devemos voltar àquele paraíso perdido e reencontrar nossa verdadeira essência que ficou soterrada sob séculos de desenvolvimento tecnológico. A par disto, como já disse, a civilização ocidental é uma espécie de síntese de todos os malefícios. Fato, aliás, que parece claro na cena em que seu cavalo é morto a tiros sob as gargalhadas e gritos dos soldados.

A favor de Costner, deve-se dizer que esta forma de abordagem que mitologiza os povos primitivos faz parte da maneira de ver as coisas de não poucas correntes antropológicas. Portanto, não é um equívoco solitário. E neste processo, realiza-se o inverso do que fez a civilização ocidental, que auto-elegeu-se em parâmetro, inclu-

sive moral, e desqualificou os diferentes. Como vimos, são os povos primitivos que passam a ser a referência através da qual avaliamos os nossos hábitos e estabelecemos os nossos ideais. Isto é, ao final, temos a mesma historinha, só que de cabeça para baixo, ou para cima, como se quisesse.

Entretanto, parece-me que advertidos destes aspectos de **Dança Com Lobos**, podemos apreciar a obra de Kevin Costner dentro de seus próprios limites, despidendo-a das pretensões que seu diretor não soube fazer.

LINHA aberta